

O PAPEL DA FAMÍLIA NA APRENDIZAGEM DA FASE PRÉ-ESCOLAR
THE ROLE OF THE FAMILY IN PRE-SCHOOL PLEASE LEARNING

Pamela Nascimento Sales¹

Fabiana Vigo Azevedo Borges²

RESUMO

A família é a primeira experiência social que a criança possui, é no ambiente familiar que acontece as primeiras interações sociais e que se estabelece os primeiros laços afetivos que são imprescindíveis à sobrevivência dos bebês. Sendo assim, as primeiras experiências escolares das crianças, que em geral ocorrem na Educação Infantil, deve ser realizada com o apoio e a participação da família, para permitir a consolidação do processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, a presente pesquisa visa ressaltar o papel da família no processo de ensino-aprendizagem considerando a fase pré-escolar, bem como compreender o papel do professor como mediador da relação escola-família, e analisar as recomendações para o estreitamento da relação escola-família na Educação Infantil. Sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, pauta-se numa análise interpretativa das orientações teóricas e das recomendações legais, com destaque para os seguintes autores BORGES (2003), SILVIA (2013) e BARBOSA e HORN (2007) e também as recomendações legais previstas nos Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e na Base Nacional Comum Curricular (2017). Entre os resultados observados destacamos que a presença da família na etapa da Educação Infantil é imprescindível para o pleno estabelecimento de um processo de ensino-aprendizagem prazerosa, que promova um alicerce seguro para o desenvolvimento do ser humano, de forma a estimular a aprendizagem.

Palavras-chave: Família, Educação Infantil, Desenvolvimento Infantil.

¹ Graduanda em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: pamela_ns00@hotmail.com

² Professora Doutora no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP.
E-mail: fabianavigo@hotmail.com

ABSTRACT

The family is the first social experience that the child has, it is in the family environment that the first social interactions take place and the first affective bonds that are essential to the survival of the babies are established. Thus, children's first experiences of schooling, which usually take place in Early Childhood Education, should be carried out with the support and participation of the family, in order to consolidate the teaching-learning process.

Therefore, the present research aims to highlight the role of the family in the teaching-learning process considering the pre-school phase, as well as to understand the role of the teacher as mediator of the school-family relationship, and to analyze the recommendations for the closer relationship of school -family in Early Childhood Education. A qualitative research is based on an interpretative analysis of the theoretical orientations and legal recommendations, with emphasis on the following authors BORGES (2003), SILVIA (2013) and BARBOSA and HORN (2007) and also the legal recommendations foreseen in the National Curricular Framework for Early Childhood Education (1998) and the National Curricular Common Base (2017). Among the observed results, we highlight that the presence of the family in the stage of Early Childhood Education is essential for the full establishment of a healthy teaching-learning process that promotes a secure foundation for the development of the human being, in order to stimulate learning.

Keywords: Family, Early Childhood Education, Child Development

INTRODUÇÃO.

A relação entre a família e escola tem acarretado grande interesse devido a sua relevância para a educação e o desenvolvimento humano. Ao se refletir a relação entre família e escola, devemos levar em consideração que esse é um processo que traz impactos positivos e benefícios para o desenvolvimento cognitivo e social do aluno, contribuindo de forma significativa para a formação plena das crianças e para a construção do conhecimento do mundo. A presença da família na Educação Infantil permite aos alunos segurança e tranquilidade para desenvolver-se plenamente e aprender, pois o

desenvolvimento da criança pequena demanda cuidados e o planejamento de situações específicas de construção de conhecimento, de experiência e aprendizagens.

Nota-se que na infância ocorre o que chamamos de desenvolvimento, e nesse período que se tem as habilidades e competências ainda em processo, mas que contribuem na formação da criança. Analisando o período Pré-Escolar, vemos que a Educação Infantil vem com o objetivo de englobar todos esses desenvolvimentos da criança, garantindo a ela o início do seu processo de ensino-aprendizagem.

A participação da família no ambiente escolar é essencial. Ambas serão como suportes onde a criança poderá recorrer diante de alguma dificuldade. Se estiverem integradas podem analisar dificuldades de aprendizagem que a criança possa apresentar, contribuindo então em um resultado positivo nessa questão. A família deve ser amiga, ligada à escola e a equipe pedagógica ali presente, para juntos exercerem um trabalho de envolvimento e cumplicidade nos assuntos ligados ao ambiente escolar.

Tal problematização sobre como envolver a família no processo de aprendizagem na escola não é recente. Exige desafios. Mas a mudança e a perspectiva de integração entre família e escola devem ser incentivadas e analisadas constantemente. Esta integração se faz necessária para contribuir no processo de ensino-aprendizagem do educando, pois somente com a família ligada com as escolas é que além de uma boa formação, o indivíduo passa por uma preparação para tomar atitudes que enfrentará nas dificuldades que acontecerão em seu cotidiano.

A Justificativa desse trabalho constitui em mostrar a importância das relações vinculadas na formação da criança. Começando pela família que é o primeiro grupo social que a criança vive. Separar funções: Educação (Educar) e Escolarização (Escola), e, concluir que as relações existentes entre ambas promovem uma parceria de sucesso na vida da criança.

Esse tema pretende mostrar as relações entre escola e família e qual a importância dessa relação na aprendizagem na vida da criança, o que é realizado e qual a postura dos pais mediante a esse trabalho.

. Vale ressaltar que essa relação deve pautar-se em seus valores éticos, morais, respeitando a cultura de cada grupo, visando o desenvolvimento dos envolvidos nesse processo.

Família e escola formam uma equipe, sendo assim, as duas precisam caminhar juntas no desenvolvimento da criança, seguir os mesmos objetivos em direção ao que se deseja atingir.

Sendo assim, a presente pesquisa visou ressaltar o papel da família no processo de ensino-aprendizagem considerando a fase pré-escolar, bem como compreender o papel do professor como mediador da relação escola-família, e analisar as recomendações para o estreitamento da relação escola-família na Educação Infantil.

1- A EDUCAÇÃO INFANTIL, O ATENDIMENTO PRÉ-ESCOLAR E SEUS PERCURSOS HISTÓRICOS.

A Educação Infantil, atualmente é considerada a primeira etapa da Educação Básica:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade. (BRASIL, 1996, p. 21).

Ao ser considerada como primeira etapa da escolarização básica essa etapa de ensino possui objetivos educativos que superar a tradicional compreensão de uma etapa responsável pelo cuidado e assistência das crianças. (Oliveira, 2005).

Neste sentido, podemos observar que historicamente a referencia ao termo “pré-escola” estava identificada ao atendimento educativo que antecede a ampla escolarização obrigatória, ou seja, o Ensino Fundamental. Entretanto,

atualmente com a lei nº 12.796/2013¹ estabelece-se a obrigatoriedade da educação pré-escolar para alunos com 4 e 5 anos, confirmando a responsabilidade desta etapa da Educação Infantil.

Independente das modificações atuais em relação à obrigatoriedade da fase, podemos observar essa etapa como historicamente compreendida como uma fase de preparação para a inserção no ensino regular, tal como é destacado na BNCC (Brasil, 2017):

A expressão educação “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, expressava o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, que só teria seu começo no Ensino Fundamental. Situava-se, portanto, fora da educação formal. (BRASIL, 2017, pág. 33)

Atualmente tal compreensão se ampliou e a pré-escola é compreendida como uma das etapas da Educação Infantil, que é definida como a primeira etapa da Educação Básica, e tem como

finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, art. 29).

Ou seja, essa etapa de ensino tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança por meio de um trabalho planejado e focado nas necessidades e características das crianças de 0 a 5 anos (BRASIL, 2009).

A educação infantil é dividida em dois tipos de atendimento², a creche que atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses e a pré-escola que atende crianças de 4 a 5 anos e 11 meses (Brasil, 2009). Essa diferenciação ocorre devido à modificação instituída pela ementa Constitucional nº 59/2009 que torna obrigatório o processo educacional desde os 4 anos.

¹ Lei que modifica a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº9394/96.

² Segundo artigo 30ª da LDB a Educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.” (BRASIL, 1996).

a Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos apenas com a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determina a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Essa extensão da obrigatoriedade é incluída na LDB em 2013, consagrando plenamente a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil. (BRASIL, 20017)

Sendo assim, é concordamos com BORGES (2003) que destaca que o papel do atendimento escolar nesta faixa etária vai além do que se imagina, destacando a importância de resgatar a função pedagógica, elaborando situações concretas e contextualizadas para o desenvolvimento integral da criança, considerando os seus interesses e valores culturais. Para a autora, devemos

Construir uma Pré-Escola com função pedagógica significa encontrarmos uma equidade entre o empirismo e a ação docente (do fazer apenas porque é bonito, porque deu certo em outra realidade) e a leitura do comportamento. (BORGES,2003, pág.125)

Neste sentido, observamos a importância dessa faixa etária pois a mesma prevê o desenvolvimento integral do aluno considerando os processos de socialização, com os eixos estruturantes que focam o interação e o brincar. (BRASIL, 2017), pois, nesta etapa de ensino

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas. Isso pode ocorrer nas instituições de educação infantil que se constituem, por excelência, em espaços de socialização, pois propiciam o contato e o confronto com adultos e crianças de várias origens socioculturais, de diferentes religiões, etnias, costumes, hábitos e valores. (BRASIL, 1998, p.11).

Diante disso destacamos o papel do educador responsável por essa etapa de ensino, como o profissional que compreende a indissociabilidade do educar e do cuidar e procurando manter uma relação profunda com a criança. A partir das vivências em sala de aula, em seu cotidiano, a cada momento desse processo, gerando então uma proximidade entre ambos para que possam promover o desenvolvimento entre si nessa relação.

Para Teresa Maria Machado Borges (2003), a função pedagógica na etapa pré-escolar se compõe pela priorização do caráter educativo sobre o ensino, com a busca por um modelo democrático de sociedade, estimulando as crianças em seu amplo desenvolvimento, de forma “que tenham seus questionamentos, curiosidades, sejam criativas, onde o prazer e a realidade estejam ligados, garantindo o equilíbrio entre a razão e a emoção, o real e o imaginário, entre o aprender e o brincar” (BORGES, 2003, pág.125).

Corroborando com essa ideia, encontramos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2009), que normatizam a função sociopolítica e pedagógica das unidades de Educação Infantil que devem:

- a. Oferecer condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- b. Assumir a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- c. Possibilitar tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- d. Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- e. Construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 05/09 artigo 7º)

Podemos observar uma responsabilização desta etapa na construção de conhecimentos por meio de ações autônomas direcionadas pelas interações e brincadeiras.

Observando as interações e a brincadeira entre a criança e o adulto, pode-se destacar que assim identificamos a expressão do afeto, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções, e então vemos que parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto de práticas e interações, garantindo a diversidade de situações a promover o desenvolvimento pleno das crianças.

Diante desses objetivos a ação do professor de educação infantil deve ser a de um “mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem” (BRASIL, 1998, p.43), construindo situações de aprendizagem que possibilitam a que as crianças experimentem a tomada de decisões, a construção de regras, a cooperação, a solidariedade, o diálogo, o respeito a si mesmas e ao outro, bem como o desenvolvimento de “sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros” (BRASIL, 1998, p.43).

Consolidando esses objetivos encontramos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil que ao ser promulgada em 2017 demonstra a preocupação com a aprendizagem significativa da criança e com a construção de uma educação pré-escolar que respeite as características da primeira infância e promova seu desenvolvimento integral. A BNCC (2017) destaca que esta é uma fase que necessita de profissionais que respeitem as singularidades e diferenças de cada criança, promovendo situações em que seja possível o estabelecimento de relações com o conhecimento historicamente produzido, estabelecendo estratégias de acolhimento e adaptação de modo que a criança, considerando os 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções

culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

(BNCC EI, 2017, pág. 36)

Diante dos direitos de conviver, de brincar, de participar de explorar, de expressar e de conhecer-se observamos a defesa de uma educação que promova a integralidade do indivíduo visando a construção futura de cidadãos conscientes de seus papéis numa sociedade democrática e inclusiva, com o trabalho iniciado na Educação Infantil e complementado e ampliado no Ensino Fundamental.

Porém, esse trabalho não deve ser realizado de forma isolada pela escola, pelo contrário a própria legislação prevê a responsabilidade do Estado e da Família e o trabalho cooperativo e pautado no diálogo. Neste sentido exploraremos no próximo item a importância da participação da família na educação pré-escolar.

2- FAMÍLIA: CONCEITO, PAPÉIS E RELAÇÃO COM A ESCOLA.

Inicialmente vamos recuperar a compreensão do conceito de família. Considerando a tradicional compreensão podemos definir família pela união entre o homem e a mulher vivendo na mesma casa por formando um lar. Porém, esse conceito é restrito e se observamos a definição dada pelo dicionário Primeram (20013) ampliamos a compreensão para uma definição que considera a ligação de pessoas por vínculos afetivos e/ou laços sanguíneos, formada por parentes próximos onde à criança convive.

(latim família, -ae, os escravos e servidores que vivem sob o mesmo .teto, as pessoas de uma casa)

1. Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela.
 2. Conjunto formado pelos pais e pelos filhos.
 3. Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes.
 4. Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum.
 5. Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa.
- "família". (PRIMERAM, 2013)³

Observando essas definições e considerando as modificações históricas na compreensão do conceito podemos afirmar que o mesmo é um conceito mutável no tempo, pois acompanha sempre a evolução da sociedade inserida, das descobertas e dos costumes. Ou seja, família na antiguidade se via no papel apenas de criar seus filhos para o trabalho, ainda na infância as crianças que viviam na zona rural tiveram de abandonar seus estudos, outros ao menos iniciaram para se dedicarem a vida que seus pais seguiam.

Mas atualmente essa prática mudou, e graças as políticas públicas de governo, quase não vemos crianças no mercado de trabalho. Entre essas políticas públicas destacamos a responsabilização legal dos pais diante da garantia da educação. Por essa razão que Prado (1981) destaca que família

³ Nesta definição excluiu-se as significações gramaticais, figuradas, ou as ligadas à área de química e história)

“é uma instituição social variando através da história e apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja”. (PRADO, 1981, p 12)

Assim sendo podemos afirmar pautados em Dessen e Polonia (2007) de que a “família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento” já que a “escola também tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo” (2007, p. 29).

Por isso, destacamos a orientação legal em relação a responsabilização da família. A primeira referência que utilizaremos se encontra na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2013) que em seu artigo 205 define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, bem como, destaca que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). Neste artigo, observamos uma responsabilização da família em promover e garantir o direito à educação escolar, em conjunto com o estado. Considerando a definição já apresentada anteriormente da obrigatoriedade da etapa pré-escolar para crianças a partir de 4 anos, podemos afirmar que parte da Educação Infantil se torna obrigatória também ,

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1994) reafirma, em seus termos, que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças.

Diante disso, encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que no seu artigo 6º (após modificação aa Lei no 12.796/2013) a determinação de que “É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade” (BRASIL, 2013). Mas, para Oliveira (2003) as funções principais da família se referem ao provimento para sobrevivência e a transmissão de valores, considerando que “a função educacional é responsável pela transmissão, à criança, dos valores e padrões culturais da sociedade”, (...) sendo a família “a primeira agência que socializa a criança”. (OLIVEIRA, 2003, p.65).

Neste sentido há a recomendação de garantir o direito à educação considerando a responsabilização da família e do estado. Porém, além da

garantia do direito a relação escola-família deve ser mais ampla considerando o desenvolvimento pleno das crianças.

Sob contexto encontramos Silva (2013) que analisando a relação família-escola aponta duas vertentes – a escola e o lar – e duas dimensões de atuação – a individual e a coletiva. Para ele a primeira vertente (“escola”) deve considerar as atividades realizadas pelos pais na instituição de ensino, tais como reuniões, conversas, participação em eventos e em órgãos de gestão, na consolidação da gestão democrática, princípio também garantido por lei. Já a segunda vertente (“lar”) considera todas as ações desempenhadas em casa pelo aluno e/ou por seus responsáveis, relacionadas com a escolar, considerando a realização e acompanhamento dos deveres de casa, apoios e incentivos de diversas ordens, etc.

Tendo em vista que todo ser humano nasceu de uma família, a entidade familiar é o primeiro contato social que a criança tem ao nascer, de onde então conseguimos extrair diversas fontes. Seu desenvolvimento, aspecto social, comportamento e a afetividade. Diante disso observamos na BNCC (2017) a recomendação de que as creches e pré-escolas devem acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, de forma “a articulá-los em suas propostas pedagógicas”, pois considera-se o objetivo de

ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação (BRASIL, 2017, pág. 34)

Neste sentido, concordamos com Parolim (2003, pág.99) quando afirma que há uma junção nos objetivos, pois família e escola desejam a mesma coisa, devem estar integradas na direção de um mesmo objetivo, ou seja, preparar as crianças para o mundo. No entanto, as famílias têm suas particularidades que as diferenciam da escola, e suas necessidades que as aproximam dessa instituição. A escola é uma instituição pautada no

compromisso social da formação acadêmica e no desenvolvimento das potencialidades dos alunos, desenvolvendo um trabalho comprometido com seus objetivos, que deve ser planejado e intencionalmente elaborado, ou seja, há especificidades, porém, sabe-se que para a realização de um trabalho de qualidade há a necessidade de a família colaborar e concretizar seu projeto educativo.

Conforme destaca Rego (2003), a família e a escola dividem funções sociais, políticas e educacionais, na formação das crianças, cada uma desenvolvendo seu papel colaborativamente. Diante da especificidade encontramos em autores como Dessen e Polonia (2007) a afirmação de que:

Na instituição escolar, os conteúdos curriculares certificam o ensino e aprendizagem do conhecimento onde há uma maior preocupação por parte da escola. Na família, as preocupações principais já são outras, entre elas o processo de socialização da criança, como também a proteção, as condições básicas e também o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de seus componentes. (p.).

Esta ideia é reforçada por Cortella (2014) em entrevista⁴ dada no qual defende que “educação é dever da família em primeiro lugar e do poder público em segundo lugar, e que o papel da escola é de escolarizar e não de educar.”. Para o filósofo “[...] se a família não cumpre com aquilo que é obrigação dela cumprir, a escola não dará conta”, sendo necessária a parceria com a família.

Diante desse contexto, observamos que no RCNEI (1998) se destaca que a compreensão da criança como “sujeito social e histórico” que está inserido numa organização familiar, “com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico” Dessa forma é a “criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais” (BRASIL, 1998, pág.21)

Para Barbosa e Horn (2007), a escola tem força e poder político na constituição de sujeitos que saibam pensar, falar, criticar e construir relações

⁴ Entrevista de Mario S. Cortella, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=FNEN3eJ8_BU

de ajuda, elaborando sentidos tanto para suas vidas como para o mundo, ou seja, a escola deve se responsabilizar pela formação histórica social dos cidadãos.

Em suma, podemos observar a particularidade e a complementariedade na função da escola e da família, devendo existir um trabalho complementar e de apoio para que possam colaborar na direção do objetivo comum que é a melhor formação para os filhos/alunos. Cabe a eles interligarem-se de forma adequada dentro de cada segmento para então obter-se um resultado de sucesso nessa parceria existente. Oliveira (2010) confirma que a escola deve ser encarada como instituição que complementa o trabalho iniciado no contexto familiar, e que possui como incumbência o desenvolvimento dos aspectos educacionais pedagógicos do indivíduo, “sendo de grande importância o entrosamento família-escola na execução da tarefa educativa”. (OLIVEIRA, 2010, p.35).

Porém, considerando o tema desse trabalho é essencial compreender qual o papel da relação escola-família na especificidade da Educação Infantil, ou seja, na etapa pré-escolar, por isso é necessário compreender esse contexto. Esse tema será discutido na próxima seção.

3. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FASE PRÉ-ESCOLAR.

Considerando a especificidade do período pré-escolar na Educação Infantil, é de suma importância analisar a influência da participação da família nesta etapa de ensino, pois uma relação complementar auxilia o desenvolvimento pleno da criança e a própria superação das dificuldades.

Diante disso, é correto afirmar pautado em Carvalho (2000) que o envolvimento dos pais na educação pré-escolar é essencial, pois permite “[...] quando os pais iniciam uma parceria com a escola, as aprendizagens na escola e em casa possam se complementar mutuamente” (CARVALHO, 2000, p. 167).

Considerando a especificidade desta etapa de ensino observamos um trabalho pedagógico alicerçado no cuidar e no educar e esses princípios justificam o diálogo entre pais e escola, já que é por meio dele que as

informações sobre o cuidado e a aprendizagem dos alunos são repassadas e complementadas. Neste sentido, destaca Araújo (2005) que a parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar.

Porém, analisando a presença da família na Educação Infantil, TEDESCO (2002) destaca que nesta faixa etária a família participa com maior intensidade das atividades escolares do que quando comparamos com as outras etapas de ensino. Entretanto ainda percebemos o que a autora denomina de “erosão do apoio familiar”, que se expressa, “na falta de tempo para ajudar as crianças nos trabalhos escolares ou para acompanhar sua trajetória escolar” (2002, p. 36).

Diante desse quadro o RCNEI constata os conflitos entre muitas instituições de ensino infantil e os familiares, devido a “concepção equivocada de que as famílias dificultam o processo de socialização e de aprendizagem das crianças” (BRASIL, 1998, pág. 75). Segundo o documento,

No caso das famílias de baixa renda, por serem consideradas como portadoras de carências de toda ordem. No caso das famílias de maior poder aquisitivo, a crítica incide na relação afetiva estabelecida com as crianças. (BRASIL, 1998, pág. 75)

A problemática é que esta concepção traduz um preconceito que gera ações discriminatórias, impedindo o diálogo, por isso é necessário a construção de iniciativas pela escola que permitam a construção de um relacionamento favorável entre instituição de Educação Infantil e família.

Sendo assim, considera-se necessário que a escola de Educação Infantil promova eventos que incluam as famílias nas entidades escolares. Para Carvalho, Bastos e Assis (2007), é importante haver atividades integradoras dos pais, crianças e equipes da escola com o objetivo de estreitar os vínculos e os laços de convivência. Outro exemplo que pode aproximar escola e família é a realização de exposições dos trabalhos infantis realizados pelos alunos em sala de aula ou em projetos, de forma a valorizar o percurso formativo dos alunos e criar oportunidades para que as famílias possam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos dentro da sala de aula.

Outro espaço que deve ser amplamente utilizado para a aproximação da escola com a família é os momentos de reuniões ou encontros com pais e mestres. Nestes momentos é importante que haja abertura para o diálogo, para a exposição de opiniões, pensamentos, críticas, tudo para que colaborem na ampliação das ideias dos trabalhos realizados com as crianças.

É por meio desse exercício que uma escola atendida se destaca, por estabelecer meios onde os pais atarefados durante o dia possam encontrar esse tipo de recurso para participar da vida escolar de seu filho.

Sobre essa integração, encontramos Barbosa e Horn (2007),

A participação dos pais torna-se uma parceria valiosa em todos os sentidos. Para que eles possam acompanhar os trabalhos escolares, é importante que a escola os mantenha informados sobre os projetos que estão sendo realizados pelas crianças e os temas estudados para que possam participar na seleção e no envio de materiais na proposição de experiências, na partilha dos saberes. (BARBOSA e HORN, 2007, pág. 90)

O trabalho neste sentido segundo o RCNEI deve se pautar em visões mais atualizadas sobre a instituição familiar em que se rejeite a ideia de que exista um único modelo de família, ou seja, um modelo padrão.

Dessa forma deve difundir a compreensão da configuração familiar ser “uma criação humana mutável, sujeita a determinações culturais e históricas que se constitui tanto em espaço de solidariedade, afeto e segurança como em campo de conflitos, lutas e disputa” (pág. 76).

Nesse contexto, é orientação ao professor do ensino pré-escolar o planejamento de situações de aprendizagem que respeite os vários tipos de estruturas familiares; que acolha diferentes culturas, valores e crenças sobre educação de crianças, que estabeleça canais de comunicação efetivo, considerando a entrada da criança nesta etapa de ensino, e garantindo o processo de adaptação. (BRASIL, 1998, pág. 78).

Enfim, a escola deve planejar a interação com a família para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos.

4. CONCLUSÃO.

Podemos concluir que a participação da família na Educação Infantil é de suma importância para a plena realização do processo de ensino aprendizagem, já que esta relação permite a construção de vínculos e compromissos que permitem o desenvolvimento efetivo da criança, em especial nesta etapa de ensino que possui particularidades.

Neste sentido, é possível observar que a constituição pela especificidade da etapa de ensino, a fase pré-escolar pressupõe maior envolvimento com os pais para garantir o desenvolvimento de um trabalho pautado no cuidar e no educar.

Diante disso, destacamos que a família possui sua responsabilidade perante o processo educacional, já que é a primeira experiência socializadora e educativa na vida das crianças, sendo ela responsável pela sobrevivência e pela transmissão da cultura familiar e dos valores sociais em que a família está inserida.

Sendo assim, a relação escola-família permite a construção de compromissos mútuos, o estabelecimento de relações efetivas que sustentam a prática pedagógica. Assim defendemos que o diálogo entre a escola e a família deve possibilitar a troca de ideias entre as mesmas, a comunicação verdadeira e sem julgamento.

A escola deve oportunizar espaços para participação da família, pautados nos valores e no respeito às diferenças.

Enfim, se faz necessário uma comunicação com os professores para um olhar pedagógico sobre o desenvolvimento da criança, através do diálogo pode-se realizar trabalhos que colaborem nesse processo, garantindo então resultados positivos.

REFERENCIAS:

ARAÚJO, Ceres Alves de *Pais que educam - uma aventura inesquecível*. São Paulo: Gente, 2005.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira / Maria das Graças de Souza Horn: *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*. 2008. Porto Alegre

BORGES, Teresa Maria Machado. **A criança em idade pré-escolar: desenvolvimento e educação**. 3ªed. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, v.01 e 02.1998. 85p. BRASIL. Legislação. Acesso em 25 de Julho de 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Acesso em 27 de Julho de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, lei nº 9394/96. BRASIL, 1996. Acesso em 17 de Outubro de 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017 Acesso em 17 de Outubro de 2018.

CARVALHO, M. E. P. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.110, p. 143-155, jul. 2000.

CORTELA, Mário Sérgio. **Entrevista disponível em http://www.youtube.com/watch?v=FNEN3eJ8_BU** Acesso em setembro de 2018

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. ISSN 0103-863X. Disponível em: Acesso em: 30 Julho 2018.

DUARTE, Sandra M. Moura. **O emprego das mulheres e as estruturas de apoio às crianças**. In: Congresso Português de Sociologia, 2000. Disponível em: Acesso em: 1 setembro 2018.

GARCIA, E. G. Veiga, E.C. e (2006). **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso.

KRAMER, Sonia; PEREIRA, A. B. C., OSWALD, M. L. M. B; ASSIS, Regina: **Com a Pré Escola nas mãos**. 14ªed. Editora Ática, 2007.

LOPEZ, Jaume sarramona i: **Educação na família e na escola; o que é e como se faz**. Ed. Loiola, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, PÉRSIO SANTOS DE. **Introdução à sociologia da educação**. 03.ed. São Paulo: Ática, 2003.

OLIVEIRA. Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA. S. M. L. O. **A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios**. In: MACHADO. M. L. A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil**, S.P.: Papyrus, 2000.

PAROLIN, Isabel. Professores formadores: **A relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2005.

RAPOPORT, Andrea. **O dia a dia na Educação Infantil**. Poa: Mediação, 2014.

PRIBERAM. **Dicionário da Língua Portuguesa**, 2008-2013, Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/familia>> [consultado em 25-09-2018]

SILVA, M.L.C.Q. **Famílias e escolas: agentes solidários ou solitários na construção da educação de qualidade para as novas gerações?** 2013. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.